

O BRASIL DOS ANOS 1920 E A UTOPIA DO MOVIMENTO ESCOLANOVISTA: ENTRE O ARCAICO E O MODERNO.*Brazil of 1920's and the utopia of New School's moviment: between the archaic and the modern.*Geraldo Gonçalves de Lima¹

MONARCHA, Carlos. Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920 – 1930. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

Desenvolver uma crítica sobre o movimento escolanovista no âmbito do contexto brasileiro não representa uma empreitada tão tranqüila, como muitos possam imaginar ser, devido à amplitude de elementos relacionados ao processo, bem como pela quantidade de textos já publicados sobre o tema. A complexidade ou a exigência de tal projeto está justamente no fato de ser necessária uma abordagem diferenciada, superando os discursos já tão difundidos entre nós.

A publicação do livro *Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920 – 1930* expressa justamente esse esforço de Carlos Monarcha em oferecer subsídios para um estudo alternativo, relevante e profundo sobre a História da Educação brasileira dos anos 1920, desenvolvendo perspectiva muito distinta em relação aos textos até então conhecidos sobre a Escola Nova, entendida como movimento intelectual voltado para a modernização do ensino no país. Sua perspectiva está em tratar a Escola Nova como problema investigativo, não como mero fato localizado no tempo histórico, encerrado em si mesmo, sem desdobramentos teóricos. Abre-se assim espaços para o debate em torno de visões distintas acerca do escolanovismo como fenômeno da intelectualidade brasileira, expressão de novas utopias embasadas na difusão da ciência e da técnica diante da realidade brasileira, sobretudo social, repleta de mazelas.

O autor Carlos Roberto da Silva Monarcha é graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1976), mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987) e doutor em Educação pela mesma universidade. Atualmente é professor adjunto (livre docente) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – *Campus* Araraquara. Atua sobretudo nos seguintes temas: História da Educação brasileira, Revistas de Educação e Ensino, Escola Nova, Lourenço Filho, Educação rural e História da Psicologia aplicada.

A estrutura lógico-formal do texto não é uma seqüência rígida, cronológica e linear de temas desconexos entre si. Contrariamente, foi configurada em espiral, possibilitando uma perspectiva temática e objetiva em diferentes níveis e momentos, alterando segundo o ângulo de observação e análise. Assim, a obra possui cinco partes, articuladas no sentido de demonstrar que os fins da República Velha brasileira testemunham momento único na história das idéias educacionais no país.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu – MG (IFTM). E-mails: geraldgli@yahoo.com.br / geraldolima@iftriangulo.edu.br.

Assim, num primeiro momento, *A caminho*, o autor desenvolve a trajetória histórica das mudanças qualitativas nas ciências da educação, demonstrando a superação que ocorre a nível das idéias pedagógicas. Por isso, há a passagem do pensamento essencialmente filosófico, herdeiro dos precedentes iluministas, representado sobretudo por Herbart, para uma *Scientia Nova*, sustentada inicialmente por pensadores como Claparède, Ferrière, Dewey, Montessori e Decroly. Em seguida, há também a expansão das ciências da educação pelo mundo, expressa na *éducation nouvelle*. Consequentemente, trabalhasse também os reflexos desse movimento a nível mundial na realidade especificamente brasileira, em que há a tensão local / cosmopolita, nacional / universal. As mudanças no campo das idéias em relação à educação condiz com as mudanças ocorridas na organização do trabalho produtivo, representada sobretudo pela produção industrial.

Ao final do primeiro século da Revolução Industrial, certos intelectuais e cientistas, orgulhosos dos avanços do pensamento experimental e analítico e, claro, do triunfo da concepção de história como progresso incessante, anunciavam incredulidade diante das abstratas construções filosóficas e ao mesmo demonstravam forte apego ao experimentalismo nascente. (MONARCHA, 2009, p. 26)

A partir daí, estabelece-se na Europa os sistemas nacionais de educação, com o intuito de sistematizar a formação escolar destacadamente dos trabalhadores industriais, superando a visão idealista de ser humano típica da perspectiva clássica de Herbart. A *Scientia Nova* surge para atender à demanda de formação do homem conformado aos valores liberais e atento aos avanços técnico-científicos do século XIX, enfatizando-se os aspectos práticos, concernentes ao cotidiano das atividades tipicamente urbanas.

Do experimentalismo nascente emanavam revitalização pedagógica e renovação didática sem precedentes, ambas enfeixadas na consigna *éducation nouvelle*, então solidamente postada na linha de frente da luta do “ensino pela ação” e recusa do princípio herbartiano da “educação pela instrução”; isso tudo num crescente enquadramento de populações escolares cada vez mais numerosas e heterogêneas. (MONARCHA, 2009, p. 35)

Com suas peculiaridades, surge nos Estados Unidos o movimento da Escola Nova, tendo como referência maior John Dewey, que concebe a educação como processo de transmissão e remodelador da experiência. Entende também a escola como forma de estimular a criança a utilizar sua capacidade para fins morais e sociais. Em outras palavras, o pragmatismo presente em suas obras preconiza sobretudo o otimismo, o progresso, a ciência, a liberdade, bem como a democracia como valores assumidos pela tradição americana, superando o dualismo típico das explicações clássicas da pedagogia: espírito / mundo; pensamento / ação.

Consequentemente, a influência do pensamento pragmático de Dewey leva ao avanço de estudos que se apropriam das descobertas sobretudo no campo da psicologia, do comportamento humano. Renova-se o interesse pelo entendimento da infância, como intervalo dinâmico na vida humana, e etapa fundamental para o desenvolvimento comportamental.

Na vertente brasileira do movimento escolanovista, inicia-se a intensificação discursiva em torno de uma defesa da educação livre, leiga e científica, enfatizando a possibilidade de uma renovação da realidade brasileira, com base no avanço escolar. Entende-se esse esforço haja visto o processo de industrialização ocorrido aqui também, sobretudo quando das guerras mundiais. O fortalecimento de uma burguesia industrial nascente, as articulações dos movimentos operários e o enfraquecimento da elite latifundiária do “café-com-leite” são destaques na compreensão da realidade educacional brasileira em fins da Primeira República (1889 – 1930).

[...] o grito de alerta “Fora da escola não há salvação – eis o novo evangelho que conquistou a adesão universal” fora bradado por diferentes sujeitos, em outros e diversos contextos histórico-culturais. Para os nossos propósitos práticos, é possível dizer simplesmente que esse grito intensifica-se sobremodo na conjuntura agitada pelo brusco surto industrial de 1914 – 1918 e pelo encrespar das vogas cívico-nacionalistas. No transcorrer dos anos 1920, uma geração recém-ingressa na vida política e intelectual, a qual não se identificava como aristocrática ou burguesa ou proletária, mas como grupo disposto a construir um outro e novo sistema de expressão e de vida, adentra na conjuntura. (MONARCHA, 2009, p. 67)

A segunda parte da obra, *Melancolia e mal-estar*, descreve com destaque a postura da *intelligentsia* perante a situação da realidade brasileira em tempos da República Velha. Há a difusão de valores interligados à modernidade, republicanismo, avanço da ciência e tecnologia, contudo visualizamos um país ainda repleto de problemas como a falta de uma consciência nacional, da ausência de sentimento de povo, devido ao mosaico de paisagens, de realidades sociais e de condições intelectuais. Nota-se na realidade brasileira problemas gravíssimos como a miséria, epidemias, analfabetismo, o atraso tecnológico e o isolamento de muitas regiões do país. Nesse sentido, há a preocupação em definir claramente a identidade nacional brasileira. E essa preocupação gera desconforto entre os intelectuais brasileiros, sobretudo os liberais, pois percebem a importância de um sistema nacional de educação para o país superar suas mazelas da uma república ainda em frangalhos.

No transcorrer do tempo, o movimento sanitaria e nacionalista adquire tom de crítica aguda à malfadada república oligárquica, ao liberalismo artificial, aos jogos de poder originados da “política dos governadores”. As denúncias correntes sobre a difícil territorialização do poder de Estado, num país de impressionantes contrastes, evoluíam de modo a associar à doutrina liberal as práticas próprias de um regime político constrangido por mazelas originados pelo assédio de partidos inescrupulosos e eleições fraudulentas. Não tardaria a entrada em cena de reformadores a se socorrerem do eugenismo e higienismo para caucionar a tese do atraso do país na marcha da história universal, marcha que não prosperava sob o sol rutilante e as cintilações do Cruzeiro do Sul, em conseqüência da mestiçagem racial agravada pelas doenças tropicais e pelo analfabetismo. A comprovação empírica do abandono do interior e da degeneração dos costumes políticos reforçava o desejo de subjugar os espaços reclusos e inacessíveis aos imperativos da civilização e de governo centralizado. (MONARCHA, 2009, p. 101)

No contexto dos anos 1920 – 1930, então, a possibilidade do esclarecimento do povo brasileiro surge como alternativa na solução dos grandes obstáculos nacionais. O fascínio pela escolarização das massas aparece como possibilidade na propagação e integração social do país, como nação forte e soberana. Paulatinamente, os intelectuais de diversas tendências doutrinárias – positivista, evolucionista, anarquista, socialista, integralista, solidarista, corporativista, liberal – passam a defender uma perspectiva reformadora no sentido de divulgar a possibilidade da presença de um estado centralizador, providente e provedor, buscando corrigir os desequilíbrios típicos da realidade brasileira. Assim, colocando a educação sob responsabilidade direta do Estado, proporcionaria a visualização de novos rumos para os brasileiros.

A terceira parte, *Torvelinho da vida moderna*, retrata clara e intensamente a consolidação do termo *Escola Nova* como reflexo da reconstrução social pela cultura, pensada por intelectuais engajados na reconstrução nacional, vislumbrada a partir da tentativa de superação dos problemas contextuais brasileiros. A industrialização e, conseqüentemente a urbanização frenética de grandes centros, produzem um frenesi pulsante, a sensação de dinamismo sem controle e louco. Algo semelhante acontece com a possibilidade de uma reviravolta no campo cultural e educacional, através da difusão de valores e modelos inspirados no movimento escolanovista.

Quanto ao mais, podemos dizer que os reformadores incitavam a uma experiência histórica única, na qual haveria potenciação do poder sobre a organização da sociedade e domínio da natureza. Nas visões de futuro, o modelo industrial americano referendava as expectativas associadas ao gênio do progresso. As proezas técnicas acentuavam as convicções – uma Era de justiça, felicidade e paz estava a bater à porta. Por esse motivo, traziam para si a glorificação do impulso para o futuro, da vida ardente e febril própria das cidades, do progresso do maquinismo, fenômenos em si testemunhantes do despertar de um império industrial. (MONARCHA, 2009, p. 136)

Por sua vez, na quarta parte, *À procura do indivíduo perdido e solitário*, o objetivo consiste na reconstituição de uma visão convulsiva, repleta de sujeitos heterogêneos e desarticulados entre si. Isso se dá devido à intenção de aplicar os avanços da ciência e da técnica às questões da vida em sociedade, na qual se estimula a passagem do conhecimento meramente livresco para a ação engajada na sociedade, introjetando ideais solidários e reconciliadores. Em outras palavras, procura-se superar o reducionismo centrado na existência de sujeitos desprovidos de uma postura / concepção social através do valor pessoal, procurando a sanidade, segurança e o equilíbrio perdidos. Os avanços dos saberes das ciências humanas permitem também uma ampliação da própria concepção de ser humano, vislumbrando aspectos até então ignorados ou desvalorizados da pessoa humana.

Professores, engenheiros, militares, bacharéis, médicos, diletantes se autocertificavam como técnicos, cuja imagem associava-se à figura do árbitro imparcial e à de agente da racionalidade. Mais claramente, percebiam que o seu saber tinha o direito de exercer poder social pelo fato de estabelecer uma taxonomia da espécie humana. Ao entrincheirarem-se em laboratórios de psicologia de escolas normais, institutos de educação ou de higiene, hospícios de alienados ou ainda em serviços técnicos de diretorias de instrução, os

nomencladores contumazes serviam-se dos fundamentos epistemológicos e heurísticos do método experimental. (MONARCHA, 2009, p. 183 – 4)

Nesse sentido, a existência de vanguardas científicas, estudos complexos da fisiologia humana, pesquisas acerca do comportamento, e outros mais vislumbram a possibilidade de superar as contradições sociais, os aspectos patológicos da realidade brasileira. Produzia-se, então, uma representação naturalizada e cientificista dos aglomerados populacionais da nação, muitas vezes entendidos como inferiores ou ameaça para a integração do país. Assim, com o aumento das matrículas, a presença de uma massa cada vez maior nas escolas, mesmo num patamar ainda insatisfatório, gera a necessidade do aumento da eficiência e rendimento das instituições escolares. Nota-se, conseqüentemente, as inúmeras reformas de estado do ensino presentes no Brasil nos anos 1920 – 1930.

Em sua quinta parte, *O discurso do inconsciente*, seguindo a lógica dos esforços em demonstrar que o avanço dos saberes das ciências humanas influencia nos estudos do comportamento infantil, demonstra-se a tentativa de expansão da pedanálise. Na Liga Brasileira de Higiene Mental, a psicanálise possui forte presença no sentido de fundamentar e explicar os conceitos, métodos e ações no decorrer do nascimento das clínicas de eufrenia, ortofrenia e higiene mental. Há um esforço na tentativa de perceber a possibilidade de superar a repressão e censura típicas de uma escola tradicional, sem vínculos com a vida social, bem como com a humanização da pessoa. A psicanálise, controversas à parte, se torna real possibilidade de uma renovação até mesmo nas visões perante a infância, superando o abandono e arbitrariedade do modelo escolar até então vigente.

[...] a pedanálise, termo que sucumbiu no tempo, era recepcionada não apenas como efusão libertária, mas também como formulário douto de prevenção de nevroses, psiconevroses e neuropatias. Para os círculos seduzidos pela atitude positiva em relação ao homem, à natureza e aos métodos de investigação, somente o escrutínio analítico com sua luz peculiar barraria os efeitos danosos à psique na continuidade infância-idade adulta; ou, por outra, as preocupações com a pessoa adulta tornavam-na ponto central e incitador de reflexões de escrupulosa exatidão, pelo menos em aparência. (MONARCHA, 2009, p. 261)

Os esforços em torno da viabilização da pedanálise, através de métodos de mensuração e classificação, como instrumento de intercessão nas relações inconscientemente confusas entre aluno – professor no processo educacional são extremamente marcantes neste contexto. As especulações em torno da difusão da psicanálise como técnica interpretativa da *psique* humana, procedimento terapêutico e concepção psicológica estimularam a adaptação desses saberes à educação popular.

Contudo, o fracasso da escolarização coletiva, causa de constante mal-estar, levava a psicanálise a se desviar na direção dessa problemática. Em outro sentido, a psicanálise aplicada ao mundo escolar acabava desvirtuada de uma de suas maiores prerrogativas: a cura pela palavra; a escuta como análise. Com isso,

De outro modo, a competência psicológica e a medicina mental se difundiam como técnicas de cuidados e saber de reparação; mas há aqui severa e respeitosa questão ética: o escrutínio médico-sociológico operado nas clínicas escolares não oferecia proteção à privacidade e confidencialidade dos sujeitos, de sorte que tal escrutínio tendia a funcionar como estigma; e outra questão, não menos severa e respeitosa, de ordem epistemológica: a clínica de pedopsiquiatria lança mão de conceitos próprios da clínica de adultos, desconhecendo o que seja infância. Por fim, uma conjectura – os centros de observação e tratamento da infância esquivavam-se de ostentar as denominações de centros psiquiátricos ou médicos, para não causarem impressões deprimentes e pejorativas – mas isso foi em vão. (MONARCHA, 2009, p. 275)

Do ponto de vista clínico, o problema não consiste nas finalidades, mas em técnicas de compreensão da pessoa como interioridade psicológica e exterioridade social. A instrumentalidade clínica seria a maneira como as autoridades públicas teriam condições de tomarem consciência dos processos de coletivização. É vontade de saber movida ou subjugada pela vontade poder. O discurso organicista leva a práticas de prevenção e técnicas psicoterápicas com o intuito de resgatar o equilíbrio das forças e vontades sociais, através sobretudo de uma educação coletiva.

O Brasil entre os anos 1910 – 1920 representa então décadas em que a vida nacional é antes de tudo polêmica. São tensões sociais, conflitos militares, impulsos industriais, ideologias modernizadoras, desarticulações, mal-estar, insegurança, sentimento nacionalista fragilizado, em que a intelectualidade brasileira volta-se para a tentativa de renovar ideologias ou discursos em torno de uma necessária Escola Nova para um Brasil ainda arcaico. A narração e a crítica desse processo da renovação se mostram fundamental para a compreensão do que significa dizer atualmente qual a identidade da escola brasileira.

Recebido em maio de 2010
Aprovado em julho de 2010